

Cidade Compreensiva entre a Cidade Representativa e a Cidade do Quotidiano

A importância da compreensão da Arquitetura e do Urbanismo no espaço contemporâneo das cidades

Comprehensive City between Representative and Everyday City

The importance of understanding Architecture and Urbanism within the contemporary space of cities

Avelino Oliveira, arquiteto

Professor Auxiliar, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Centro de Administração e Políticas Públicas, CAPP – ISCSP
Laboratório de Estudos e Projetos, LEP–UFP
[\[avoliv@ufp.edu.pt\]](mailto:avoliv@ufp.edu.pt)

João Ferreira, arquiteto

Professor Auxiliar, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, CEAU–FAUP
Laboratório de Estudos e Projetos, LEP–UFP
[\[jferr@ufp.edu.pt\]](mailto:jferr@ufp.edu.pt)

Luís Pinto de Faria, arquiteto

Professor Associado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Centro de Administração e Políticas Públicas, CAPP – ISCSP
Laboratório de Estudos e Projetos, LEP–UFP
[\[lpintof@ufp.edu.pt\]](mailto:lpintof@ufp.edu.pt)

Sara Sucena, arquiteta

Professora Auxiliar, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, CEAU–FAUP
Laboratório de Estudos e Projetos, LEP–UFP
[\[ssg@ufp.edu.pt\]](mailto:ssg@ufp.edu.pt)

RESUMO

Kevin Lynch referiu-se à cidade como uma obra de arte temporal, ou seja, moldada pelo tempo. Leonardo Benevolo definiu a cidade em dois sentidos, o primeiro indicando a organização concentrada e integrada da vida humana, e o segundo denotando-a como um cenário físico da sociedade, que subsiste para lá dessa sociedade. Entre um e outro, Aldo Rossi acrescentou a definição existencial de “coisa humana” e defendeu que a cidade reforça a sua representação na “real transformação da natureza”. É nesta perspectiva, comum aos três autores – de que a cidade assenta a sua génese nas diversas camadas temporais que se vão acrescentando –, que pretendemos fazer esta reflexão. Analisando a cidade contemporânea, defendemos que existem, dentro dos nossos espaços urbanos, duas cidades que colidem e só tangencialmente se tocam: a primeira designámos ‘cidade representativa’ e a segunda ‘cidade quotidiana’. O espaço urbano compreensivo, como intermediário conceptual das diferentes dimensões da cidade apresenta-se como a matriz de investigação das diferentes visões urbanas permitindo-se tornar uma ferramenta no âmbito disciplinar da arquitetura e do urbanismo contemporâneo.

Palavras-Chave

Cidade, Quotidiano, Representação urbana, Espaço Compreensivo

The public realm of the city is no longer defined by the church, the legislatures, the market or the agora, but is now the restaurant and the bar (Sudjic, 1993, p.327)

I. INTRODUÇÃO

Propomos uma revisitação breve a alguns dos textos matriciais da análise e da interpretação da cidade contemporânea. Esta proposta visa convidar à leitura dos textos citados, por um lado, e, por outro, à sua utilização como instrumento de reflexão sobre as cidades em que trabalhamos e, por extensão, sobre o projeto arquitetónico e urbanístico. Para além da síntese crítica de

ABSTRACT

Kevin Lynch referred to the city as a temporal work of art, i.e., as an artificial compound shaped by time. Leonardo Benevolo defined the city in two grounds, the first one indicating the concentrated and integrated organization of a community, and the second one denoting it as a physical scenario of society, which persists beyond that society. In between them, Aldo Rossi added the existential definition of “human thing” and argued that the city reinforces its representation in the “real transformation of nature”. It is in this perspective, shared by the three authors – that the city bases its genesis on the different time layers that are added – that we intend to reflect. Analyzing the contemporary city, we advocate that there are, within our urban spaces, two cities that collide and only tangentially touch each other: the first one we named ‘representative city’ and the second ‘everyday city’. The comprehensive urban space, as a conceptual intermediary of the different dimensions of the city, presents itself as the research matrix of the different urban visions discussed, allowing it to become a tool in the disciplinary scope of contemporary architecture and urbanism.

Keywords

City, Everyday life, Urban representation, Comprehensive space

cada um dos textos, procurámos identificar conceitos que lhes fossem transversais e capazes de questionar e inspirar o trabalho de projeto de arquitetura/urbanismo em ambiente académico, bem como linhas potenciais de investigação futuras.

II. VISÕES DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

O pensamento sobre a cidade dos nossos dias, com frequência, estrutura a sua reflexão em torno de cidades–arquetipo. Este recurso de entendimento, que privilegia o debate centrado em alguns temas urbanos em detrimento de outros, ou de uma totalidade, é sintomático da

dificuldade de uma abordagem única, sistêmica e capaz de articular a variedade de aspetos e contradições com que habitualmente nos deparamos quando discutimos a temática (Vásquez, 2004). Mas independentemente dessa dificuldade, o que interessa relevar é que esses arquétipos existem, amiúde, no discurso disciplinar da arquitetura e do urbanismo e têm servido de base, quase sempre, aos trabalhos de reflexão e estudo sobre a questão urbana. Nesse sentido, arriscamos dizer que não são demasiado difíceis de elencar – pelo menos os principais ou os mais frequentemente referenciados – tendo a nossa seleção de textos optado por destacar os que entendemos mais pertinentes, num processo que é necessariamente subjetivo e sintético.

a) Cidade dos “Permanent Underclass”

A ‘cidade’ com que Peter Hall concluiu a ‘sua’ história do planeamento urbano (Hall, 2014, pp.485–528), publicada em 1988, é aquela que maior perplexidade causa. Apesar de, durante o século XX, se ter verificado uma significativa redução percentual da população pobre nos países industrializados, de ter crescido a da classe média, e aumentado os programas de intervenção social, é inesperado que subsista com tanta resiliência uma franja significativa da população em situação de pobreza. Esta persistência é ainda mais significativa porque a diferença social tem denotado uma cada vez maior expressão na organização espacial da cidade, onde os ghettos são a sua forma extrema de materialização. Mais recentemente, em consequência da generalização das tecnologias de informação, alguns autores, como Manuel Castells ou Saskia Sassen, identificam uma diferente tendência, mas cujo espectro é semelhante – a “cidade dual”. Esta representa a agudização das discrepâncias sociais, com estreitamento tendencial da classe média em dois segmentos, entre trabalhadores hiperespecializados, que dominam competências capazes de criar mais-valias na sociedade do conhecimento, num extremo, e uma enorme massa de trabalhadores indiferenciados, no outro (Vásquez, 2004, p.68). É neste contexto que Manuel Castells identifica a “cidade invisível”, apontando a falta de expressão no espaço público de um cada vez mais amplo grupo social (Castells, 1995).

b) Cidade da Memória Coletiva

Christine Boyer, autora do livro cujo título dá nome ao tópico acima, servindo-se da definição de “memória coletiva” de Maurice Halbbachs, refere que a cidade opera no presente pela atividade dos grupos humanos e que, quando a continuidade com o passado se rompe, ocorre uma separação entre história e memória (Boyer, 1995, pp.367–420), assumindo a história o caráter de um estereótipo independente da experiência quotidiana. Este fenómeno é particularmente visível quando a cidade histórica é alheia das atividades do quotidiano, designadamente nos casos em que a sua recuperação física é sustentada noutras atividades, como, por exemplo, a turística. É sobretudo nestes casos que a transformação da cidade histórica se torna uma ficção cada vez mais próxima do parque temático, ou, como refere David Harvey, uma natureza “caricaturizada”, “disneyficada”, ao ser a cidade transformada em mercadoria e vendida como autêntica. É assim que a relação quotidiana com a natureza, a prática social, passa a ser povoada por pensamentos, imagens, fantasias e desejos de um objeto “glamourizado” e retificado, como se fosse resultado de um desenho infantil, uma construção feita para entreter, uma história inventada, um cultivo de nostalgia de um passado mítico (Harvey, 2000).

c) Cidade Global e Megalópolis

A globalização suportada pela generalização dos meios de informação e pela aceleração dos transportes e das comunicações veio colocar novos e decisivos desafios às cidades. Foi neste contexto que a discussão sobre a cidade global, sobretudo impulsionada por Saskia Sassen no início da década de 1990, se desenvolveu proficuamente em torno do binómio centralização/descentralização (Sassen, 1991). A hipótese do desaparecimento das cidades, que era então por muitos avançada, em consequência da introdução das novas redes de comunicação, que tornariam essa comunicação totalmente independente da proximidade física, verificou-se ser francamente exagerada. Pelo contrário, a própria Sassen afirma a existência de um conjunto de cidades que assumem com especial relevância o papel de nós numa rede de cidades globais. Alguns autores, como Jordi Borja e o já citado Castells, preferi-

ram denominá-las “Megacidades” – as aglomerações com mais de 10 milhões de habitantes que, polarizando a dinâmica tecnológica, social e cultural dos seus países, estão ligadas a uma escala global (Castells e Borja, 2004). Efetivamente, para Castells toda a cidade é algo global, ainda que em proporções diferentes, pois se, por um lado, as suas funções direcionais são globais, por outro, a grande maioria da sua população vive um quotidiano de relações próximas, sendo por isso ao mesmo tempo também muito local (Castells, 2000). Ainda assim, é nessas Cidades Globais, em cujas áreas metropolitanas se concentram as funções com maior potencial de criação de valor no âmbito das atividades produtivas globalizadas, que vive a cada vez maior concorrência entre cidades, fruto da procura de se posicionarem como os nós ou fluxos que configuram mais ou melhores conexões globalizadas. Rem Koolhaas e Bruce Mau procuraram ilustrar isto mesmo em S, M, L, XL, através da exposição de 20 anos de trabalhos internacionais num tempo em que a arquitetura se tornava um espectador [mas também um operador] da explosão da economia de mercado e da globalização (OMA, 1998).

d) Cidade “Technourb” ou “Edge City”

Robert Fishman, em 1987, propôs os termos “technourb” e “techno-city” para definir a zona periférica que emergiu como uma unidade socioeconómica viável e que ao longo das suas rodovias se foi pontuando de *shoppings*, parques industriais, complexos de escritórios, hospitais, escolas e uma variedade de tipos de moradias (Fishman, 1987). Lamentando não conseguir encontrar melhor expressão para o que outros, antes de si, designaram como “exurbia” ou “outer city”, o autor descreveu as zonas periféricas das cidades que, para serem compreendidas, não podiam ser analisadas à luz de um modelo de subúrbio da cidade tradicional. A “technourb” não corresponde, portanto, à suburbanização do território, mas antes à criação de uma cidade descentralizada. O sentido com que o termo foi utilizado não difere significativamente daquele que, quatro anos mais tarde, Joel Garreau cunhou como “Edge City” (Garreau, 1991). Segundo o autor, essas então novas criações urbanas – batizadas “edge cities” [ou *idades à margem*] – cumpriam as mesmas funções que todas as cidades vinham a cumprir nos últimos séculos e representavam o futuro da

evolução do território urbano. Ainda que sem arranha céus ou boulevards, e com o espaço público reduzido à quase inexistência, caracterizam-se por relações intrínsecas e um edificado de escala mais humana.

e) Cidade Genérica

Um dos mais destacados contributos de Rem Koolhaas para o pensamento sobre a cidade foi o texto de 1995, “Generic City”, onde fez um retrato quase cruel da urbanidade global. Nessa generalidade urbana marcada pelo “em trânsito” (Koolhaas, 2010, p.40) e pelo ‘transitório’, os novos centros da cidade são os aeroportos – os mais recentes lugares comuns onde a *local* e a *global* têm afirmada e icónica expressão. A identidade iconográfica é aí omnipresente em camadas que se vislumbram para lá dos regimes políticos, sejam ditatoriais, autoritários ou democráticos, e da “proliferação de comunidades – um *zapping* sociológico – que resiste a uma única interpretação dominante.” (Koolhaas, 2010, p.49) Mas é na perda de nexos conceptual que ela paradoxalmente se manifesta, porque à diversidade humana se soma a inexistência de uma paisagem histórica estável (um centro histórico) com proporção capaz de se constituir um referente partilhado. E, em consequência, a identidade ficciona-se. É ela o recurso que se contrapõe e obvia ao *genérico*, podendo “estar vazia há anos” (Koolhaas, 2010, p.32), e é, pois, liberto dela – e do seu espartilho – que o genérico progride. Segundo o autor, a Cidade Genérica é a que se expande tanto que chega ao campo, sendo “o que resta depois de grandes sectores da vida urbana terem passado para o ciberespaço.” (Koolhaas, 2010, p.37) A sua materialidade privilegia o que não é repetível, mas nessa exclusividade e diversidade extremas torna-se entediante, sendo a “repetição que se torna inabitual” e, portanto, “estimulante” (Koolhaas, 2010, p.60). É deste modo, confrontando o leitor com expressões de urbanidade quase *nonsense* e paradoxais, que Koolhaas questiona o significado e os valores das cidades que vamos construindo.

f) Cidade Líquida

Zygmunt Bauman afirmou a “modernidade líquida” como representação de um período que se balizou no pós-Se-

gunda Guerra Mundial e se tornou mais perceptível a partir da década de 1960. Segundo o autor, a modernidade sólida era caracterizada pela rigidez e solidificação das relações humanas, das relações sociais, da ciência e do pensamento. Pelo contrário, totalmente oposta, a modernidade líquida consolidava-se na ideia de capitalismo industrial em que as relações económicas se sobrepueram às relações sociais e humanas, abrindo espaço para uma fragilidade de laços crescente entre pessoas e entre pessoas e instituições (Bauman, 2006). A lógica do consumo venceu e as pessoas passaram a ser fortemente analisadas não pelo que são, mas pelo que compram. Esta modernidade é marcada pelo triunfo do progresso económico, do comércio livre, do livre consumo e da livre concorrência, materializando uma espécie de sucesso da civilização moderna. Sustentando-se em B. Diken e C.B. Laustsen, Bauman refere este paradigma como uma inversão do vínculo milenar entre civilização e barbárie, estando hoje o ambiente urbano transformado numa selva onde impera o terror, em consequência da existência das fontes de perigo dentro da própria cidade (Bauman, 2006, p.59). Na verdade, os medos modernos surgiram relacionados com a redução do controlo estatal (a chamada desregulamentação e seu apanágio individualista) e no momento em que os laços amigáveis estabelecidos dentro da comunidade surgem fragilizados, ou eventualmente rompidos. A complexidade da vida urbana transforma os indivíduos em seres sozinhos e inseguros, aterrorizados por medos reais ou imaginários, e sujeitos a uma experiência da realidade urbana que provoca sentimentos inversos, pois “atrai e repele ao mesmo tempo”, na razão da continuada manifestação de novidades e surpresas. A cidade causa “mixofobia” mas também “mixofilia”, ou seja, por um lado, a atração pela diferença e, por outro, um desejo de misturar-se com o diverso porque ele é fascinante. Segundo Bauman, os dois comportamentos opostos coexistem nos indivíduos urbanos, sendo a cidade o lugar da aventura potencializada pelo medo. Desta Cidade Líquida emergem algumas inovações arquitetónicas em que os espaços se moldam à imagem e semelhança desse medo irresistível, sendo a mais visível delas os condomínios fechados e suas variantes, que proliferam e ocupam áreas distintas e ricas da cidade (Bauman, 2006, pp.40-65).

g) Cidade Criativa

Richard Florida sustentou, em 2002, a emergência de uma nova classe económica que designou “criativa”, com implicações na transformação dos modos de vida e por inerência dos espaços urbanos. Mais recentemente, na revisita a esta obra, afirmou que à medida que a economia cresce, se assiste a uma cada vez maior concentração de talentos, cujo impacto necessariamente se sente nos lugares que os acolhem. Explorando a relação entre esta constatação e a competitividade urbana, defende que as regiões e comunidades interessadas em competir por esses ativos terão que providenciar trabalhos atraentes e desafiantes, mas também os ambientes relaxantes e intelectualmente estimulantes que fomentem a manifestação da criatividade, sejam estes bares, restaurantes, arte, parques, bairros seguros, etc. Mais do que nunca, as pessoas criativas querem ter a possibilidade de escolher a comunidade onde viver e as regiões têm que entender isso se almejam ser competitivas na batalha global pelos talentos (Florida, 2014). Assim, é pedido às cidades que elas próprias se tornem criativas e encontrem soluções inovadoras para os seus problemas e desafios, diferenciando-se do modelo tradicional. Florida entende que esta abordagem promove um ambiente tolerante, propício à atração e retenção de pessoas criativas que possam estimular o conhecimento, a tecnologia, a inovação e, conseqüentemente, promover o crescimento económico, assim se revertendo em transformações urbanas e sociais positivas. Ao colocar as tecnologias da comunicação e informação ao serviço da vida urbana, como um meio e não apenas como um fim em si mesmo, a cidade diligencia uma vivência melhorada para as suas populações, promovendo o conhecimento coletivo e a inovação. É assim que a cidade criativa (ou cultural), baseada numa economia cultural e na proliferação de estilos de vida associados ao consumo, toma o lugar da cidade da produção material e das instituições públicas. No plano físico, a associação da classe criativa com a reconversão de antigos edifícios, com frequência localizados em áreas mais centrais da cidade, para novos usos e segundo uma imagem congruente com a lógica de bens e serviços de marca, passa a identificá-la como um motor da transformação urbana. Assinale-se a este respeito que na periferia urbana muito pouco se alterou, pois aquela é uma revolução urbana invertida, na qual

os mais ricos se afirmaram expulsando os pobres para as margens sociais, culturais e económicas (Miles, 2012).

h) Cidade “Inteligente”

As primeiras tentativas de definição do conceito de “Digital City” (ou ainda “digital community”, “information city” ou “e-city”) remontam a meados dos anos 90 e referiam-se essencialmente à inovação e aos benefícios que a implementação de novas infraestruturas de comunicação de banda larga poderiam representar na prestação de serviços entre governos, cidadãos e empresas – Galerias/Museus Virtuais; Hospitais/Telemedicina; Agências Bancárias/ATMs; Galerias Comerciais/Plataformas E-commerce; Trabalho/Teletrabalho – e ao modo como a integração destas novas tecnologias estariam a transformar a cidade contemporânea de modo drástico e irreversível (Mitchell, 1996). Se, por um lado, a sensação de desaparecimento das distâncias ou a aparente desmaterialização de quase tudo (Mitchell, 2007) acelerava processos e potenciava a eficiência e as novas oportunidades de negócio, por outro, a nova era da conectividade ou da pós-informação (Negroponte, 1996) também era percebida enquanto risco, como uma ameaça ao emprego tradicional (Castells, 2003), ou ainda como indutora de um tipo de sociedade marcado pela vigilância e pelo controlo, condenada a uma descaracterização e vazio (Lipovetsky, 1993). Entre as virtualidades e os riscos associados à “cidade digital”, “cidade inteligente” ou “smart city” (as fronteiras entre os conceitos são ténues), o potencial das novas tecnologias para otimizar ‘sistemas’ e ‘processos’ encontrou uma especial aplicabilidade na resposta a muitos dos desafios e dos propósitos que marcaram a última transição de século, nomeadamente no que se refere ao modo como aquele poderia contribuir para a configuração de novos modelos de desenvolvimento económico, ambiental e social, mais eficazes, prudentes e justos.

i) Cidade “Sustentável”

No contexto internacional, no intuito de atingir os objetivos estabelecidos no Protocolo de Quioto, nasceu o conceito de Smart City, que vem sendo adotado por diversas instituições (e.g. Comissões Europeias, Setis-EU, OCDE, etc.) que

rotularam de “smart” as iniciativas e projetos relevantes para a sustentabilidade das cidades. (Cocchia, 2014, p.14).

Apesar da noção de “desenvolvimento sustentável”, tal como começou a ser mundialmente difundida a partir do Relatório Brundtland, de 1987, surgir associada a um sentido de responsabilidade inter-geracional (ambiental, económica e social), o aumento exponencial da dimensão e do nível de complexidade associado a este designio, informado na percepção de uma realidade que se revelou cada vez mais global e interdependente, contribuiu para a diluição das fronteiras conceptuais que separavam a Cidade Inteligente e a Cidade Sustentável, tornando cada vez mais inconsequente procurar uma definição precisa e/ou resumida de qualquer das partes (Fig.1 e Fig.2).



Figura 1. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> - consultado em dezembro de 2020)

SMART ECONOMY (competitiveness) <ul style="list-style-type: none"> · Innovative spirit · Entrepreneurship · Economic image & trademarks · Productivity · Flexibility of labour market · International embeddedness · Ability to transform 	SMART PEOPLE (Social and Human Capital) <ul style="list-style-type: none"> · Level of qualification · Affinity to lifelong learning · Social and ethnic plurality · Flexibility · Creativity · Cosmopolitanism/ Openmindedness · Participation in public life
SMART GOVERNANCE (Participation) <ul style="list-style-type: none"> · Participation in decision-making · Public and social services · Transparent governance · Political strategies & perspectives 	SMART MOBILITY (Transport and ICT) <ul style="list-style-type: none"> · Local accessibility · (Inter-)national accessibility · Availability of ICT-infrastructure · Sustainable, innovative and safe transport systems
SMART ENVIRONMENT (Natural resources) <ul style="list-style-type: none"> · Attractivity of natural conditions · Pollution · Environmental protection · Sustainable resource management 	SMART LIVING (Quality of life) <ul style="list-style-type: none"> · Cultural facilities · Health conditions · Individual safety · Housing quality · Education facilities · Touristic attractivity · Social cohesion

Figura 2. Characteristics and factors of smart city (Giffinger et al. 2010)

j) Cidade "Compreensiva"

A articulação 'inteligente' entre os principais vetores de desenvolvimento ambiental, económico, social, territorial, cultural e político (Sachs, 2002, p. 85–89), no contexto da 'rede' global, afigurou-se não ser passível de se poder concretizar num 'plano' ou ser projetada numa 'agenda'. Em consequência desta constatação, tal como ficou expresso nos "17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" fixados, em 2015, na cimeira da ONU e, mais recentemente, na "Kuala Lumpur Declaration on Cities 2030", entendeu-se que para almejar um desenvolvimento urbano sustentável seria também necessário adotar outros mecanismos de governança colaborativa que envolvessem ativamente não só os governos nacionais, regionais e locais, como também "[...] todos os grupos da sociedade, inclusive os jovens, as mulheres e as associações locais e particularmente os grupos excluídos, vulneráveis e desfavorecidos" (UN-HABITAT, 2018). Assim, no momento em

que se passou a valorizar mais o papel da cidade, enquanto palco de oportunidades de participação e de interação em sociedade e, consequentemente, enquanto lugar condicionar da qualidade de vida e da realização pessoal da sua população – principal recurso e garante para a sua sustentabilidade –, a consciência que se tem dela alterou-se. A "inteligência" da cidade passa então a ser percecionada e avaliada, fundamentalmente, pelo modo como é capaz, ou não, de compreender (que abrange, inclui e simultaneamente entende) esse 'recurso' (Faria, et.al., 2011), e assim propiciar as condições necessárias para que qualquer cidadão, independentemente da sua raça, sexo ou credo, possa, em condições de equidade, usufruir plenamente da 'cidade', i.e., "[...] partilhar conhecimento, experiências e interesses comuns" (Ishida, 2002, p.77).

k) Cidade Transgénica

A aturada reflexão sobre a ocupação territorial do Noroeste peninsular ibérico levou Álvaro Domingues, no final da primeira década dos anos 2000, a propor o "transgénico" como metáfora para a sua compreensão. A dificuldade de entendimento, e até de descrição, desta paisagem de urbanização dita difusa é infirmada pelo recorrente recurso à "não-coisa": não é cidade, não é campo, não é industrial nem é rural, tão pouco natural (Domingues, 2013, pp.27–28). Procurando superar as limitações de uma identidade negativa (Domingues, 2013, p.29) e "enviesamentos, bloqueamentos, e ilusões de *conhecimento* em torno de *conceitos vagos*" (Domingues, 2013, p.20), a "paisagem transgénica" (que neste artigo adotámos sob o título de "cidade transgénica") é proposta como conceito capaz de ajudar a ver para além dos (pré)conceitos vigentes e olhar as razões das transformações do território. E são três, segundo Domingues, as ordens de razão que justificam a adoção da metáfora do *transgénico*: 1) a heterogeneidade dos elementos constituintes da paisagem, que remete para campos disciplinares muito distintos; 2) o facto de encerrar a "mistura de sonhos utópicos e pesadelos apocalípticos" (Domingues, 2013, p.24), parte de uma natureza indelevelmente tocada pelo Homem; 3) a procura da legibilidade e da inteligibilidade territorial "no cruzamento e intersecção das ciências, das artes e da esfera pública" (Domingues, 2013, p.26). Como enquadramento deste tipo de paisagem, o autor assinala a

realidade económica subjacente à sua transformação, nomeadamente a perda de importância da atividade agrícola que moldava de maneira extensiva a forma da ocupação territorial, e que se torna (deste ponto de vista) quase residual, substituída por novas formas de produção muito menos vinculadas às condições naturais. Adicionalmente, Domingues ressalta o suporte da urbanização extensiva numa nova rede infraestrutural – de alta velocidade – cuja lógica de implantação é autorreferenciada, mas que se apoia fundamentalmente na densidade de uma capilaridade viária preexistente amplamente inclusiva. A atenção às razões e motivos imediatos da transformação em curso permitirá, do ponto de vista do autor, uma renovada operacionalidade dos instrumentos de regulação e ordenamento de um território desejavelmente “mais funcional, mais regulável, menos predatório de recursos, mais confortável” (Domingues, 2013, p.33). Apesar de secundarizar a dimensão estética do quadro regulatório, Domingues realça o potencial político da paisagem enquanto “referente identitário” e “dispositivo de luta simbólica, onde diferentes grupos sociais tentam impor os seus interesses, demarcar domínios, distanciamentos e hierarquias” (Domingues, 2013, p.23).

I) Cidade Ativada

Paulo Seixas conceptualiza a cidade contemporânea como uma cidade-*feedforwarding*, ou dito de outro modo, uma “Cidade-Ativada” (Seixas, 2019, pp.15-17). Neste referente, a cidade é suportada num processo de tematização e cenários cuja matriz de decisão se apoia na ideia de que, hoje, a cidade deixou de estar num sistema fechado [local/nacional] e com uma programação interna de tempo alargado, para passar a definir-se através de um sistema aberto, de grande incerteza, de tempo mais curto e com uma programação e controlo externos, o que implica processos de correção por antecipação e iniciativas ativas (*feedforwarding*). É neste enquadramento que Seixas refere que situar uma cidade num painel que a force a comparar-se com outras cidades similares no planeta é mais importante do que uma visão ‘vertical’ de passado/presente/futuro. Interessa-lhe, pois, a identificação de “modelos de políticas de cidade” que configuram os temas em que cada uma procurará fazer a diferença, afirmando-se como exceção dentro do comum, ou, criando uma nova tematização. Neste modelo de con-

ceptualização urbana, conclui o autor, as ciências sociais e o urbanismo são secundarizados em prol daquele outro regime mais especializado: o dos *rankings* de cidades, enquanto expressão de uma indústria de produção de necessidades. Neste entendimento, o ‘jogo’ que as cidades contemporâneas passaram a praticar implica o fabrico de um sistema de produção de necessidades, e a definição das políticas para essa *cidade-ativada* tem que recorrer a ‘profissionais globais’ que desempenham determinados papéis. Seixas designa-os como “*coaches* urbanos globais”, e estes são umas vezes arquitetos famosos, outras vezes consultores, geralmente agentes culturais, artistas, etc., que se constituem intermediários culturais no sentido de propiciar uma aceitação globalizada da respetiva cidade. Disso é exemplo paradigmático o ‘efeito Bilbao’, e seus similares, que evidenciam a instituição consolidada da cidade como ‘moeda’ ou ‘capital’ e transforma o seu valor de troca nos vários nichos de mercado globais através dos *rankings* de cidades. Assim, em função desse ‘*dashboard*’ (painel de controlo) a que se auto sujeitam os gestores/promotores destas políticas públicas locais ativadas, é necessário que cada cidade prepare o seu jogo (*Set-up e Match-Making*), de modo a fazer apostas e ativar modelos (*Play, Bets e Feedforwarding*). Esta perspetiva da cidade, e das respetivas políticas, expõe-se como se fosse uma lógica do jogo, onde a Cidade Ativada é eventualmente uma *cidade-gaming*.

III. CIDADE REPRESENTATIVA E CIDADE DO QUOTIDIANO

Da leitura destes tão diversos modos de conceber e pensar a cidade contemporânea entendemos destacar o carácter fragmentário que daquela decorre. Desde logo, é evidente o entendimento parcelar inscrito em cada uma das várias propostas de interpretação, das quais não é perceptível a intenção (sequer o desejo) de uma visão global das várias dimensões da cidade contemporânea. Cada um dos autores citados constrói a ‘sua cidade’ a partir do privilégio de uma dessas dimensões (seja esta social, política, identitária, formal, económica, ambiental, ou da sua perceção e compreensão visuais) sem almejar a uma proposta integradora ou ‘total’. O carácter fragmentário advém também do facto de os autores, de um modo que entendemos recorrente, assinalarem roturas das quais resultam

aspectos essenciais da caracterização da cidade contemporânea: rotura entre grupos de cidadãos de tal modo que a mobilidade social se torna impossível; dissociação entre cidade histórica e vida quotidiana; segregação social (com expressão urbana em estruturas arquipelágicas) como meio de incremento da eficiência económica (um aparente retorno da cidade funcionalista em que a separação de funções parece dar lugar à separação das castas); aumento exponencial da capacidade de recolher e tratar informação (dados) mas absoluta assimetria na sua acessibilidade; ou disfunção entre extensão/tipo de urbanização e valores de referência/estabilidade, que tradicionalmente se confiavam à materialidade da cidade.

Outro aspeto a sublinhar é que as diversas abordagens não são excludentes; são sobreponíveis e até, nalguns casos, complementares. É por isso que nos podemos perguntar se, nesse enquadramento plural, será possível almejar uma estratégia de intervenção capaz de superar a tendência centrífuga e aparentemente divergente da teorização sobre a evolução dos assentamentos urbanos, o seu estado de facto, e o seu futuro. Para este efeito julgámos pertinente recuperar o conceito de “cidade compreensiva”, entendida esta como a sobreposição, ou a conjugação, da dimensão simbólica e funcional.

Kevin Lynch, em 1960, referiu-se à cidade como uma obra de arte temporal, moldada no e pelo tempo (Lynch, 1982). Leonardo Benevolo, na década seguinte, definiu a cidade em dois sentidos, o primeiro identificando a organização concentrada e integrada de uma sociedade, e o segundo denotando-a como um cenário físico da sociedade, que subsiste para lá dessa sociedade (Benevolo, 1984). Entre um e outro, em meados dos anos 1960, Aldo Rossi acrescentou a definição existencial de “coisa humana” e defendeu que a cidade reforça a sua representação na “real transformação da natureza” (Rossi, 1988). É nesta perspetiva, comum aos três autores – de que a cidade assenta a sua génese nas diversas camadas temporais que se vão acrescentando –, que pretendemos fazer esta reflexão. Analisando a cidade contemporânea, defendemos que existem dentro dos nossos espaços urbanos duas cidades que colidem e só tangencialmente se tocam: a primeira designámos Cidade Representativa e a segunda Cidade do Quotidiano.

A Cidade Representativa vive crescentemente do impulso turístico (associado à mobilidade que está hoje tão facilitada e promovida) gerado pela globalização e pela ativação urbana, e caracteriza-se pelos espaços simbólicos – dos monumentos, museus ou equipamentos culturais e núcleos históricos. É a cidade dos cartões postais, dos mapas, dos guias modernos, dos *rankings*, dos prémios de melhor destino. No fundo, a cidade representativa é toda aquela que consta do guião turístico e dos instrumentos de marketing e/ou publicidade urbano, e assenta primordialmente no conceito da sociedade pós-materialista e hedonista de Inglehart e Welzel (2005). Entendemos ser possível encontrar no novo individualismo as referências úteis para perceber as recentes imagens simbólicas e iconográficas das nossas cidades (Lipovetsky, 1993) – onde outrora estavam as catedrais, os palácios reais e as igrejas estão hoje símbolos de cariz hedonista como museus, bibliotecas ou salas de espetáculo. Facilmente se percebe como, no presente, o museu Guggenheim, em Bilbao, a Casa da Música, no Porto, ou a London Eye e a New Tate, na capital britânica, passaram a dividir o espaço imagético urbano das margens do Rio Nevión, da Torre dos Clérigos, ou da Millennium Bridge londrina. Misturam-se agora os “iconic buildings”, na expressão que Charles Jencks utilizou para nomear este fenómeno agora corrente no campo da arquitetura e do urbanismo, e iniciado na esteira do chamado “Efeito Bilbao” (Moore, 2017), que seguiu o bem-sucedido caso do Museu projetado por Frank Gehry, referido acima. Misturam-se, portanto, esses edifícios emblemáticos com monumentos persuasivos ao serviço do capital comercial e, particularmente, vinculados à aceleração provocada pela globalização.

A Cidade do Quotidiano, por outro lado, é definida pelas nossas casas, pelas policentralidades geradas nas periferias urbanas, de que falam Fishman (1987) e Garreau (1991), e pelos equipamentos básicos, como escolas e hospitais, etc. É aquela que é tendencialmente anónima porque as suas funções são banais, pelo menos no confronto com o motor que alimenta a anterior. Aquela que não se mede pela capacidade de apelar ao turismo de massas, já que as funções que sustentam a cidade que vivemos diariamente não são as que a colocam no mapa dos destinos de viagem mais desejados. É antes a cidade de que falam os autores citados, lugares de uma urbanização de extensão crescente,

da mistura funcional e/ou tipológica incompreensível, das desigualdades sociais que o espaço urbano traduz mais ou menos claramente. É, como a anterior, também a cidade da mobilidade, mas daquela que é diária e repetida, feita pelos mesmos meios e para os mesmos locais, do automóvel e da pendularidade; além da física, é igualmente da mobilidade virtual, local e global.

O desfasamento entre as duas cidades que referimos expressa-se de forma muito clara nos espaços de habitação dos centros históricos, onde a legislação tende a promover o caráter museológico do edificado sobre a necessidade de atualização funcional e operacional dos próprios edifícios. Intervir num edifício de habitação no centro histórico de uma cidade europeia passou a ser um ato mais especulativo do que de respeito pelo valor intrínseco e específico dos tecidos urbanos, tal como tradicionalmente reconhecido. O designado *alojamento local* é a mais recente pedra de toque da reconversão daqueles espaços e se o retorno económico obtido através das redes formais ou informais desse tipo de alojamento promove uma rápida descaracterização funcional do património histórico edificado da cidade, a verdade é que a ausência de elementos reguladores, ou estratégias de planeamento, veio igualmente agudizar os processos de descaracterização social. Referimo-nos à crescente gentrificação, de que resulta inerente um novo tipo de desertificação dos centros históricos, agora decorrente da transitoriedade dos turistas que intermitentemente o habitam. No confronto com as zonas históricas, é bem mais fácil construir perto de um nó rodoviário ou de um núcleo modal do Metro, num raio de 20 ou 30 quilómetros além do centro da cidade. É esta uma realidade das últimas três ou quatro décadas, que aconteceu de forma muito rápida em muitas cidades, desde o Porto a Lisboa, de Barcelona a Madrid, em Paris, Roma ou Berlin. Por isso a urbanização ganha extensão, em escala crescente, e outros centros emergem em espaços antes periféricos. Mas tal não inibe a circunstância de que a Cidade do Quotidiano tenha crescido habitacionalmente à margem da Cidade Representativa; e que a Cidade Representativa tenha crescido em dimensões que são quase paralelas às dinâmicas quotidianas da cidade.

Efetivamente, como disse Fernando Távora de forma premonitória no último quartel do século XX, na cada vez

maior rapidez de expansão e transformação da cidade, os espaços que hoje estão vivos podem amanhã ser desordem e vice-versa (Távora, 1982). Fica por isso a sensação de que a oferta cada vez mais alargada de elementos culturais nas cidades que visitamos são apenas uma recolla catalogada e manipulada e não uma descoberta que decorre de um qualquer processo cognitivo individual. O direito de um indivíduo a ser ele próprio, de fruir ao máximo a vida (Lipovetsky, 1993, p.9), potencia a rapidez de transformação das cidades e daí a importância da consciência sobre a existência das duas cidades em que nos movemos enquanto cidadãos, e intervimos enquanto arquitetos. É inegável que muitas das grandes intervenções urbanas têm a capacidade de abarcar estas duas dimensões da cidade – a da representação e a do quotidiano –, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista estritamente territorial. Mas para que tal aconteça é determinante que se dirijam, simultaneamente, aos públicos exteriores (ao turista) e à população que aí vive e trabalha.

REFERÊNCIAS

- Ascher, F.** (1998). *Metapolis. Acerca do futuro das cidades*. Celta Editora.
- Bauman, Z.** (2006). *Confiança e Medo na Cidade*. Ed. Relógio de Água.
- Benevolo, L.** (1984). *A Cidade e o Arquitecto*. Ed. 70.
- Boyer, M. C.** (1995). *The City of Collective Memory*. Ed. MIT Press.
- Castells, M.** (1995). *La Sociedad Informacional*. Ed. Gustavo Gili.
- Castells, M.** (2000). *End of Millenium, The Information Age: Economy, Society and Culture*. Ed. Blackwell.
- Castells, M.** (2003). *Internet Galaxy*. Oxford Press.
- Cocchia, A.** (2014). "Smart and Digital City: A Systematic Literature Review". In R. P. Dameri and C. Rosenthal-Sabroux (eds.), *Smart City*. Springer International Publishing.

- Domingues, Á** (2013). Paisagens Transgênicas/Transgenic Landscapes. *ZARCH*, 1, pp.16–35.
- Fishman, R.** (1987). *Bourgeois Utopias: The Rise and Fall of Suburbia*. Ed. Anchor.
- Florida, R.** (2014). *Rise of the Creative Class Revisited*. Ed. Ingram Publishers.
- Garreau, J.** (1992). *Edge City: Life on the New Frontier*. Anchor Books.
- Giffinger, R., Gudrun, H., e Haindlmaier, G.** (2010). "Smart cities ranking: An effective instrument for the positioning of the cities". *ACE: Architecture, City and Environment*, 4.
- Ishida, T** (2002). *Digital City Kyoto*. ACM.
- Hall, P.** (2014). *Cities of Tomorrow*. Ed. Blackwell.
- Harvey, D.** (2000). *Spaces of Hope*. University of California Press.
- Inglehart, R. & Welzel, C.** (2005). *Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*. Ed. Cambridge University Press.
- Koolhaas, R.** (2010). "A Cidade Genérica" (1994). In R. Koolhaas, *Três textos sobre a cidade*. GG, pp.29–65.
- Lipovetsky, G.** (1993). *A Era do Vazio*. Ed. Relógio de Água.
- Lingsom, S.** (2012) Public space and impairment: an introspective case study of disabling and enabling experiences. *Scandinavian Journal of Disability Research*, Vol. 14, 4, pp.330–331.
- Lynch, K.** (1982). *A Imagem da Cidade*. Ed. 70.
- Miles, M.** (2012). Uma Cidade Pós Criativa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 99, pp.9–30.
- Mitchell, W.** (1996). *City of Bits*. MIT Press.
- Mitchell, W.** (1999). *E-Topia*. MIT Press.
- Mitchell, W.** (2007). *Intelligent Cities*. MIT Press.
- Moore, R.** (2017). The Bilbao effect: how Frank Gehry's Guggenheim started a global craze. *The Guardian*.
- Negroponte, N.** (1996). *Ser Digital*. Editorial Caminho.
- OMA; Koolhaas, R. e Mau, B.** (1998). *Small, Medium, Large, Extra-Large*. The Monacelli Press.
- ONU, Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental** (<https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> – consultado em dezembro de 2020)
- Rossi, A.** (1988). *La Arquitectura de la Ciudad*. Ed. GG.
- Sassen, S.** (1991). *The Global City*. Princeton University Press.
- Seixas, P.** (2019). O jogo das políticas de cidades. Cidade Ativada. In P. Seixas, *Ativar Cidades*. Ed. Caliedoscópio, pp.13–38.
- Sudjic, D.** (1993). *The 100 Mile City*. Ed. Flaming.
- Távora, F.** (1982). *Da Organização do Espaço*. Ed. Faup.
- Vásquez, C. G.** (2004). *Ciudad Hojaldré*. Ed. Gustavo Gili.
- UN-HABITAT** (2018). *Kuala Lumpur Declaration on Cities 2030*. Kuala Lumpur, 13 February 2018.